



Partindo do trabalho realizado no âmbito do Projecto *The Bounds of Judgement*, procuramos, na Primeira Parte deste livro, analisar directamente os artigos em que John McDowell expõe a sua filosofia moral para em seguida generalizar a discussão dos tópicos aí tratados – tópicos tais como razões internas e externas para agir, imperativos hipotéticos e categóricos, objectividade dos juízos, racionalidade e irracionalidade, virtude, valor, naturalismo e, em geral, as relações razão-natureza – aos debates da filosofia moral contemporânea. Desta forma a discussão foi alargada a autores tais como John Mackie, Philippa Foot, Thomas Nagel, Bernard Williams e Simon Blackburn. Na Segunda Parte procura-se mostrar a forma como as posições de McDowell em filosofia moral – essencialmente a sua oposição ao anti-realismo, o seu cognitivismo e aquilo que podemos ver como o seu particularismo – se encontram respaldadas pelo trabalho noutros âmbitos que não a filosofia moral, sendo na verdade paradigmáticas de posições filosóficas mais gerais. É nesse sentido que aqui nos propomos utilizar a filosofia moral como chave para a compreensão do pensamento de John McDowell. (Sofia Miguens e Susana Cadilha)

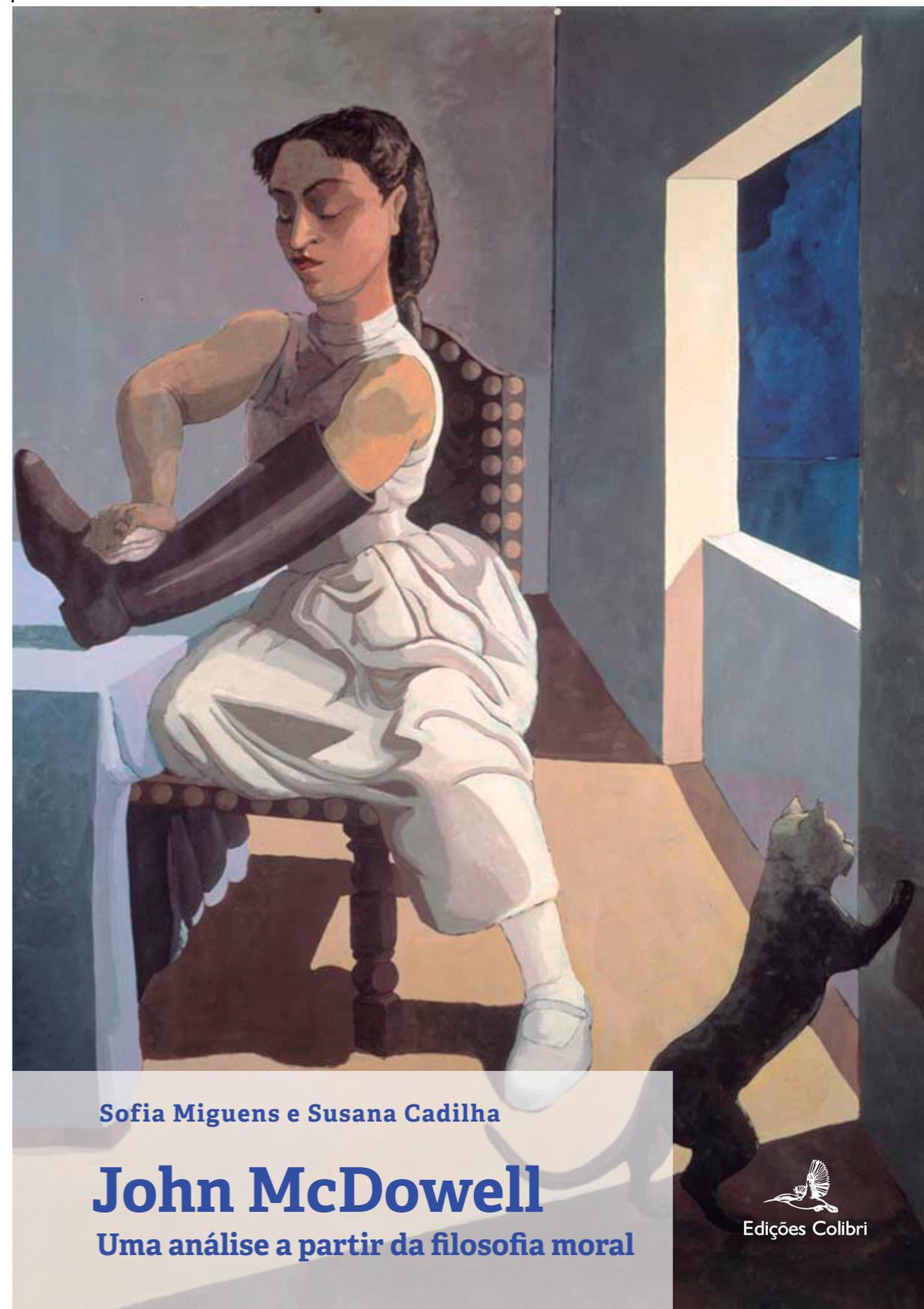
Sofia Miguens é Professora e Investigadora na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Directora do Gabinete de Filosofia Contemporânea (GFMC) do Instituto de Filosofia da FLUP. Foi *Visiting Scholar* na Universidade de Nova Iorque (2000), no Institut Jean Nicod – Paris (2007-2008) e na University of Sydney – Austrália (2013). Autora de diversos livros, editora de vários outros (entre eles, mais recentemente, *Consciousness and Subjectivity* (Frankfurt, Ontos Verlag, 2012) e *Conversations on Human Action and Practical Rationality* (Newcastle, CSP, 2013), trabalha sobretudo nas áreas da filosofia da mente e da linguagem, filosofia moral e história da filosofia contemporânea. Entre 2011 e 2014 foi a Investigadora-Responsável do Projecto *The Bounds of Judgement* e, nesse âmbito, responsável pelas seguintes publicações: *Frege e Intérpretes de Frege – Seminário de Charles Travis* (Colibri, 2014), *Ser ou Não Ser Kantiano* (Colibri, 2014) e *The Logical Alien at 20* (Harvard University Press, no prelo).

Susana Cadilha é Investigadora no Instituto de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Autora de vários artigos sobre teoria da acção, ética e meta-ética, e editora de livros como *Acção e Ética – Conversas sobre Racionalidade Prática* (Colibri, 2011) e *Conversations on Human Action and Practical Rationality* (Newcastle, CSP, 2013), está prestes a completar uma dissertação de doutoramento intitulada “O que é agir moralmente?”. Enquanto membro da equipa do Projecto *The Bounds of Judgement*, colaborou na edição das seguintes publicações: *Frege e Intérpretes de Frege – Seminário de Charles Travis* (Colibri, 2014) e *Ser ou Não Ser Kantiano* (Colibri, 2014).



Sofia Miguens e Susana Cadilha

John McDowell



Sofia Miguens e Susana Cadilha

John McDowell

Uma análise a partir da filosofia moral



Edições Colibri

JOHN MCDOWELL

Uma análise a partir da filosofia moral

Colecção: **Episteme**

A Colecção Episteme, criada em 2010, é um veículo de difusão do trabalho do MLAG (Mind, Language and Action Group), grupo de investigação do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto. Nela surgem resultados de sucessivos Projectos de Investigação. Embora os membros do MLAG procurem publicar resultados centrais (artigos e livros) em inglês e no mercado editorial internacional, o MLAG não abdica de uma política de divulgação da sua investigação em português.

Direcção: Prof.^ª Doutora Sofia Miguens

Títulos publicados:

1. *Aparência e Realidade*
Coordenação de Sofia Miguens e Manuela Teles
2. *Acção e Ética – Conversas sobre Racionalidade Prática*
Coordenação de Sofia Miguens e Susana Cadilha
3. *O Contextualismo na Filosofia da Linguagem Contemporânea*
Ana Falcato
4. *Frege e Intérpretes de Frege*
Coordenação de Sofia Miguens e Susana Cadilha
5. *John McDowell – Uma análise a partir da filosofia moral*
Sofia Miguens e Susana Cadilha

Sofia Miguens e Susana Cadilha

JOHN MCDOWELL

Uma análise a partir da filosofia moral



Edições Colibri

Biblioteca Nacional de Portugal
– *Catálogo na Publicação*

JOHN McDOWELL

John McDowell : uma análise a partir da filosofia moral / coord. Sofia Miguens,
Susana Cadilha. – (Episteme ; 5)

ISBN 978-989-689-408-5

I – MIGUENS, Sofia, 1969-

II – CADILHA, Susana, 1982-

CDU 17

Esta publicação é financiada por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto FCOMP-01-0124-FEDER-015289 (Ref.ª FCT: PTDC/FIL-FIL/109882/2009) – The Bounds of Judgement – Frege, cognitive agents and human thinkers.

Título: John McDowell – Uma análise a partir da filosofia moral

Autoras: Sofia Miguens e Susana Cadilha

Ilustração da capa: Paula Rego, *The Policeman's Daughter*,
1987, Oil on canvas (213 x 152 cm)

Edição: Edições Colibri

Depósito legal n.º 375 279/14

Lisboa, Junho de 2014

Índice

Prefácio	9
Introdução – John McDowell, a filosofia moral e a questão do juízo (<i>Sofia Miguens</i>)	15
Primeira Parte – A filosofia moral (<i>Susana Cadilha</i>)	29
John McDowell e os juízos morais – uma terceira via entre Kant e Aristóteles	31
Um outro quadro metafísico	45
Acusações possíveis: conservadorismo, circularidade, idealismo e relativismo	53
O que significa ter razões (morais) para agir?	61
O conceito de segunda natureza como chave para dissolver a oposição razão-natureza e como ponto de ligação entre filosofia moral e outros domínios da filosofia	87
Segunda Parte – Por trás e para além da filosofia moral – o anti- -cartesianismo em metafísica, epistemologia, filosofia da mente e filosofia da linguagem (<i>Sofia Miguens</i>)	105
Quatro chaves para uma leitura global	107
<i>Mind and World</i> e a crítica ao naturalismo cru	113
Leituras de Wittgenstein e Davidson	141
Contra Kripke e contra Wright em torno de Wittgenstein	147

Um papel para Frege – os pensamentos singulares e a oposição à concepção cartesiana do espaço interior	159
Disjuntivismo	171
Conclusão – Problemas que permanecem (<i>Sofia Miguens</i>)	181
Segunda natureza e liberdade	185
Animalidade	190
Terapia e método	194
Percepção e representação	196
Idealismo?	208
Anexo – O Projecto <i>The Bounds of Judgement</i>	211
Bibliografia	219

Os artigos de McDowell

Ao longo deste livro serão analisados vários artigos de John McDowell. Por uma questão de fidelidade, escolhemos referi-los no texto utilizando o título original inglês. Sugerimos, no entanto, as traduções que se encontram abaixo. As datas entre parêntesis são as datas da publicação original. Pensámos que mencioná-las aqui ajudaria o leitor a constituir um quadro cronológico da obra de McDowell.

“Truth-conditions, Bivalence and Verificationism” (Condições de verdade, bivalência e verificacionismo) (1976)

“On the Sense and Reference of a Proper Name” (O sentido e a referência de um nome próprio) (1977)

“Are Moral Requirements Hypothetical Imperatives?” (Serão os requisitos morais imperativos hipotéticos?) (1978)

“The role of *Eudaimonia* in Aristotle’s Ethics” (O papel da eudaimonia na ética de Aristóteles) (1980)

“Non-cognitivism and rule-following” (Não-cognitivismo e seguir-regras) (1981)

“Wittgenstein on Following a Rule” (Wittgenstein acerca de seguir uma regra) (1981)

“Criteria Defeasibility and Knowledge” (Critérios, revogabilidade e conhecimento) (1982)

“Aesthetic Value, Objectivity and the Fabric of the World” (Valor estético, objectividade e o tecido do mundo) (1983)

“Values and Secondary Qualities” (Valores e qualidades secundárias) (1985)

“Singular Thought and the Extent of Inner Space” (Os pensamentos singulares e a extensão do espaço interno) (1986)

“In Defense of Modesty” (Em defesa da modéstia) (1987)

“Projection and Truth in Ethics” (Projeção e verdade em ética) (1987)

“One Strand in the Private Language Argument” (Um fio no argumento da linguagem privada) (1989)

“Intentionality and Interiority in Wittgenstein” (Intencionalidade e interioridade em Wittgenstein) (1991)

“Meaning and Intentionality in Wittgenstein’s Later Philosophy” (Significação e intencionalidade na filosofia do último Wittgenstein) (1992)

“Might There Be External Reasons?” (Será que pode haver razões externas?) (1995)

“Eudaimonism and Realism in Aristotle’s ethics” (Eudaimonismo e realismo na ética de Aristóteles) (1995)

“Two Sorts of Naturalism” (Dois tipos de naturalismo) (1996)

“Deliberation and Moral development in Aristotle’s Ethics” (Deliberação e desenvolvimento moral na ética de Aristóteles) (1996)

“Incontinence and Practical Wisdom in Aristotle” (Incontinência e sabedoria prática em Aristóteles) (1996)

“Another Plea for Modesty” (Um novo apelo à modéstia) (1997)

“Reductionism and the first person” (Reduccionismo e a primeira pessoa) (1997)

“Some Issues in Aristotle’s Moral Psychology” (Algumas questões na psicologia moral de Aristóteles) (1998)

“Avoiding the Myth of the Given” (Evitando o Mito do Dado) (2008)

Prefácio

Este livro nasceu do seminário de investigação em filosofia moral intitulado *Judging Morally – thinkers and the parochial* (Juízos Morais – pensadores e o paroquial), que foi conduzido por Susana Cadilha na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2012, e que se seguiu, no quadro do Projecto *The Bounds of Judgement*,¹ ao seminário *Frege and Frege Interpreters* (Frege e Intérpretes de Frege), conduzido por Charles Travis.² O projecto tinha o objectivo geral de compreender o que é ser um pensador, tomando como referência central a obra do filósofo, lógico e matemático alemão Gottlob Frege e em particular as concepções de juízo, verdade e lógica que é possível desenvolver a partir dela. Organizou-se em tarefas várias,³ estendendo-se da filosofia da lógica à filosofia moral, sempre em torno dos conceitos de juízo e limites do juízo; John McDowell foi a referência central do nosso trabalho em filosofia moral.

John McDowell (n. 1942) é por vezes descrito como um dos membros, conjuntamente com Robert Brandom e John Haugeland, da ‘Escola de Neo-Hegelianos de Pittsburgh’. Seja McDowell um hegeliano ou não (seja o que for que isso signifique), o que é certo (ou, pelo menos, bem

¹ PTDC/FIL-FIL/109882/2009.

² O seminário *Frege and Frege Interpreters* teve também lugar na Faculdade de Letras, no 1º semestre de 2011-2012. Ambos os seminários foram organizados por Sofia Miguens e João Alberto Pinto. Cf. nesta mesma colecção o volume *Frege e Intérpretes de Frege – Seminário de Charles Travis*, editado por Sofia Miguens e Susana Cadilha.

³ As tarefas do Projecto foram as seguintes: *Frege and Frege Interpreters* (Frege e Intérpretes de Frege); *Are Laws of Logic Contents of Judgement?* (Serão as leis lógicas conteúdos de juízos?); *Frege Father of Disjunctivism* (Frege Pai do Disjuntivismo – sobre filosofia da percepção); *Judging Morally – thinkers and the parochial* (Juízos Morais – pensadores e o paroquial); *Articulation and Agency* (Articulação e Agência) e *To Be or Not to Be a Kantian* (Ser ou não ser kantiano, dedicada a um estudo comparativo de Kant e Frege em torno da questão do juízo). Para mais informação, cf. o *website* do Mind, Language and Action Group (MLAG) do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto em <http://mlag.up.pt>.

menos controverso) é que o seu trabalho sobre mente, linguagem e valor, cuja filiação em Kant é cada vez mais notória, se opõe ao naturalismo reducionista muito espalhado na filosofia analítica contemporânea, especialmente americana (John McDowell não é, de resto, americano, embora actualmente seja University Professor na Universidade de Pittsburgh; nasceu na África do Sul, estudou em Oxford, e em Oxford permaneceu longamente, nomeadamente como *fellow* do University College). A sua obra estende-se desde a metafísica, a epistemologia e a filosofia da mente e da linguagem até à ética e à meta-ética e mesmo à filosofia antiga – não é demais lembrar que no início da sua carreira traduziu o *Teeteto* de Platão e o seu frutífero e constante interesse por Aristóteles é bem conhecido. Quatro volumes de *Collected Papers* reúnem o núcleo da sua obra: *Mind, Value, and Reality* (1998); *Meaning, Knowledge, and Reality* (1998); *Having the World in View* (2009) e *The Engaged Intellect* (2009). O centro focal dessa obra, expondo de forma breve e conexa aspectos muito diferentes do seu pensamento, é *Mind and World* (1994). Esta que é certamente a sua obra mais conhecida e discutida teve origem nas John Locke Lectures que pronunciou em 1991 na Universidade de Oxford. Aí, com base numa noção de experiência como ‘abertura ao mundo’ (*openness to the world*), articulada em oposição explícita às concepções de experiência de autores como W.V. Quine e Donald Davidson (concepções essas que, mau-grado as diferenças entre elas,⁴ assentam ambas sobre a noção de ‘estímulo’), McDowell desenvolve uma concepção global ambiciosa das relações entre a razão humana e a natureza, que inclui desde uma filosofia da percepção, até posições sobre o conhecimento, o eu, a acção e a natureza da filosofia. De acordo com tal concepção a natureza não é, ao contrário do que o naturalismo cientificista pretende, ‘brutalmente alheia ao espaço do *logos*’.⁵

⁴ Como se sabe, Davidson trabalhou a sua noção de experiência em crítica explícita a Quine. É esse o propósito, nomeadamente, do uso da noção de triangulação nos seus últimos escritos, que introduz a questão da intersubjectividade, notoriamente ausente em Quine (cf. Miguens 2008, “Conceito de crença, triangulações e atenção conjunta”, pp. 131-143).

⁵ «(...) the fully disenchanting item that lies at the end of Hume’s path, something brutally alien to the space of *logos*.» (McDowell 1998a: 179). McDowell não atribui ao próprio David Hume a exacta forma do naturalismo cientificista que critica – considera no entanto a formulação humeana do naturalismo um passo extremamente significativo do ponto de vista da história da filosofia, no percurso de ‘desencantamento da natureza’ (que pode ser tomado de várias maneiras).

Mas não é tanto em *Mind and World* como nos artigos reunidos em *Mind, Value and Reality* que a posição de McDowell em filosofia moral é mais detalhadamente explorada e desenvolvida. Assim, o que nós fizemos no projecto *The Bounds of Judgement* foi partir de um estudo directo e detalhado dos artigos reunidos na Parte II de *Mind, Value and Reality*. Procurámos em seguida generalizar a discussão dos tópicos aí tratados (tópicos tais como: razões internas e externas para agir, imperativos hipotéticos e categóricos, objectividade dos juízos, racionalidade e irracionalidade, virtude, valor, naturalismo e tipos de naturalismo e, em geral, as relações razão-natureza) à filosofia moral contemporânea. Desta forma a discussão foi alargada a autores tais como John Mackie, Philippa Foot, Thomas Nagel, Bernard Williams ou Simon Blackburn. Um terceiro passo importante para o projecto na sua globalidade consistiu em explorar a forma como as discussões que têm lugar em filosofia moral encontram paralelo noutras áreas da filosofia nas quais as questões da natureza e limites do juízo se colocam também (dois exemplos que nos interessavam particularmente eram a filosofia da linguagem e a filosofia da percepção).

Foi assim que nasceu este livro – decidimos utilizar o nosso trabalho no âmbito do projecto *The Bounds of Judgement* como ponto de partida para uma análise do pensamento de um autor até aqui não muito estudado em Portugal e que consideramos muito importante na filosofia contemporânea. Ao partirmos da filosofia moral partimos de um aspecto da obra de McDowell que possivelmente fala mais directamente aos interesses de mais pessoas do que por exemplo a filosofia da linguagem ou a epistemologia. Mas, por isso mesmo, uma intenção maior naquilo que se segue é mostrar a forma como as posições de McDowell em filosofia moral – essencialmente a sua oposição ao anti-realismo,⁶ o seu cognitivismo⁷ e aquilo que podemos ver como o seu particularismo⁸ – se

⁶ Como se verá, a *oposição ao anti-realismo* é não apenas uma característica da abordagem de McDowell em filosofia moral como também o traço mais notório da sua interpretação de Wittgenstein (sendo que a interpretação de Wittgenstein é estruturante de toda a sua obra).

⁷ Esse *cognitivismo* (i.e. a ideia segundo a qual os juízos morais têm conteúdo cognitivo, sendo susceptíveis de verdade e falsidade, e não sendo, portanto, meras expressões de sentimentos) é formulado em polémica directa com, por exemplo, o filósofo inglês Simon Blackburn, um neo-humeano ‘sentimentalista’. Para uma caracterização do sentimentalismo de Blackburn, cf. Miguens 2004, pp. 147-165.

⁸ O *particularismo* moral é a ideia segundo a qual não são princípios gerais universais que nos permitem explicar ou fundamentar os fenómenos morais. Apesar de

encontram respaldadas pelo trabalho noutros âmbitos que não a filosofia moral, sendo na verdade paradigmáticas de posições filosóficas mais gerais. É nesse sentido que aqui nos propomos utilizar a filosofia moral como chave para a compreensão do pensamento de McDowell.

Este livro teria acabado por existir ainda por uma outra razão. John McDowell tem estado muito presente nas nossas actividades de investigação no Porto nos últimos anos, devido à orientação filosófica com que o MLAG (*Mind, Language and Action Group*, do Instituto de Filosofia da Universidade do Porto) foi criado⁹ e que incluía o desejo de elaborar uma oposição ao naturalismo reducionista dominante em muita filosofia analítica actual.¹⁰ A isto se junta a vontade de dar um lugar central a Kant e a Wittgenstein no trabalho em filosofia contemporânea, bem como a vontade de trabalhar em filosofia contemporânea prestando uma atenção continuada à história da filosofia em geral. Ora precisamente estas três características são encarnadas por John McDowell. Noutras palavras, se é verdade que John McDowell nos ocupou directamente no Projecto *Bounds of Judgement*, ele estava já presente há bem mais tempo, pelas razões apontadas, no nosso trabalho de investigação no Porto, e nesse sentido este livro era-lhe de alguma forma devido.¹¹

não poderem ser explicados a partir de tais princípios, os fenómenos morais são, no entanto, para o particularista, perfeitamente reais, e perfeitamente inteligíveis. Ao contrário do que acontece com o anti-anti-realismo e com o cognitivismo, McDowell não reclama para si este título; o filósofo inglês Jonathan Dancy é um exemplo de referência na articulação do particularismo.

⁹ Falo obviamente por mim própria, e não pelos restantes membros do MLAG, vários dos quais têm maior simpatia por projectos de naturalização e redução nos estudos da mente, linguagem e acção.

¹⁰ No caso particular de McDowell, o anti-reduccionismo tem por trás a convicção de que é impossível oferecer uma teoria do pensamento e da linguagem feita ‘a partir de fora’ do pensamento e da linguagem. Esta é uma intuição claramente wittgensteiniana. No entanto, ao contrário do que acontece com Wittgenstein, McDowell aborda de forma explícita as questões do naturalismo e da redução; uma acusação crucial ao reduccionismo é, de resto, como se verá ao longo deste livro, a de que este começa com uma concepção demasiado pobre de natureza e daquilo que desta faz parte.

¹¹ Mais especificamente, a atenção a McDowell impôs-se-me na sequência do meu trabalho sobre Daniel Dennett (cf. Miguens 2002, *Uma Teoria Fisicalista do Conteúdo e da Consciência – Daniel Dennett e os debates da filosofia da mente*, Porto, Campo das Letras) e Donald Davidson (cf. Miguens 2008, *Será que a minha mente está dentro da minha cabeça?*, Porto, Campo das Letras). Aquilo que se entende por ‘naturalismo’ e ‘naturalização’ quando se faz teoria da mente, da linguagem e da

Foi de qualquer forma no seio do Projecto *Bounds* que ele acabou por nascer, e assim não posso deixar de agradecer aqui a todos aqueles que trabalharam no projecto, o apoiaram ou de alguma forma participaram nas suas actividades: os quatro consultores: Charles Travis,¹² Jocelyn Benoist, Quassim Cassam e Tim Crane; a equipa: João Alberto Pinto, Paulo Tunhas, Susana Cadilha, Mattia Riccardi, João Santos, Ana Falcato, Tommaso Piazza, Juan Vázquez, Concha Martínez, José Miguel Sagüillo, Luis Villegas, José Luis Falguera, Uxía Rivas, Luísa Couto Soares, Eduardo Rego; outros investigadores do MLAG e investigadores visitantes: Manuela Teles, Clara Morando, Rui Vieira da Cunha, Pedro Borges de Araújo, Janus Guzovski, Maria Sadowska, Rafal Gruscinski, Tero Vaaja, Franco Soares; aqueles que foram conferencistas convidados nas conferências internacionais maiores: Barry Stroud, Jim Conant, Adrian More, Naomi Eilan, Lucy O'Brien, Sebastian Rödl, Jean-Phillipe Narboux, Peter Sullivan, Fernando Ferreira, Juan José Acero, Maria José Frápolli, e António Marques. Foi com a ajuda e participação de todos que pudemos levar a cabo o projecto *The Bounds of Judgement*.

Esperamos que este nosso livro, que é antes de mais um resultado do trabalho no Projecto, seja útil a outras pessoas para além daquelas que tiveram contacto com o seminário *Judging Morally*, no Porto, na FLUP, em 2011-2012. Ele foi escrito também para fazer chegar a um público mais alargado os resultados desse trabalho.

Porto, Janeiro de 2014

Sofia Miguens

Investigadora-Responsável do Projecto

The Bounds of Judgement (PTDC/FIL-FIL/109882/2009)

acção é uma preocupação comum aos três autores. No entanto, as suas propostas assumem formas muito distintas. Sem deixar de tratar os mesmos tópicos (por exemplo, a natureza da representação, a natureza da consciência, a natureza da acção ou a natureza da identidade pessoal), McDowell abre o caminho para aquilo que me parecem ser correcções necessárias a *insights* quer de Dennett quer de Davidson sobre o mental. Considerando ainda a forma como McDowell focaliza, na sua obra, as relações racionalidade-natureza, o trabalho sobre McDowell apareceu como um passo natural naquilo que é já uma década de trabalho de investigação sobre a questão da racionalidade no âmbito do MLAG (para a origem desses trabalhos, cf. Miguens 2004, *Racionalidade*, Porto, Campo das Letras).

¹² Que foi também o inspirador directo das próprias formulações e do posicionamento dos problemas no Projecto.

Introdução

John McDowell, a filosofia moral e a questão do juízo

«A virtuous action's appeal to reason is captured by an evaluation, "noble", which is internal to the standpoint of someone who already accepts that virtue's demands on reason are real.»

John McDowell, *Two Sorts of Naturalism*¹³

A natureza dos juízos morais representa um particular desafio quando se investiga a natureza e os limites do juízo em geral. De acordo com uma visão canónica, por exemplo aquela que é formulada tradicionalmente no âmbito do empirismo, os juízos morais seriam intrinsecamente avaliativos, contrastando com os juízos não avaliativos, tais como os juízos perceptivos ou os juízos lógicos. Um lance clássico do empirismo, com base neste contraste, consiste então em atribuir à ética um lugar *sui generis* na reflexão acerca da natureza do juízo em geral: nos juízos morais tratar-se-ia de algo de diferente dos juízos propriamente ditos, talvez de expressão de sentimentos e emoções, mas de qualquer forma de algo sem pretensão à objectividade e à verdade que caracterizam os juízos realmente paradigmáticos, como os juízos perceptivos ou os juízos lógicos. Podemos aqui pensar em David Hume, uma das referências históricas centrais da filosofia moral, e nas suas posições sobre moralidade e paixões; podemos também, se nos concentrarmos na filosofia do século XX, identificar uma tendência análoga em tentativas de abordagem da ética que tiveram lugar no seio do Positivismo Lógico.

Acontece que o empirismo – pelo menos em algumas das suas formas actualmente mais influentes, nomeadamente aquelas que

¹³ McDowell 1998a: 169.

conduzem a programas reducionistas de naturalização – é um dos alvos de crítica da obra de McDowell e isso reflecte-se também na sua abordagem dos juízos morais. Embora a posição de McDowell acerca de juízos morais seja desenvolvida, como se verá, em diálogo directo com autores como Aristóteles e Kant,¹⁴ ela é formulada no quadro fregeano-wittgensteiniano da sua filosofia e é exemplar das orientações desta – como já se afirmou, essa é a grande razão pela qual aqui se encetará a análise do pensamento de John McDowell a partir da filosofia moral.

O que significaria, então, considerar os juízos morais como ficando aquém, do ponto de vista cognitivo, dos *juízos propriamente ditos*, como os juízos perceptivos? Qual seria a diferença entre ajuizar ‘Este homem é cruel’, perante alguém que tortura uma outra pessoa, e ajuizar ‘Esta flor tem cinco pétalas’, perante a dita flor? Será que no primeiro caso, ao contrário do que acontece no segundo, se exprime algo de decididamente não objectivo, por exemplo um sentimento de horror nosso? Posições como o expressivismo e o emotivismo¹⁵ em filosofia moral, que foram e são representadas, de formas diversas, por nomes mais ou menos próximos de nós tais como A. J. Ayer, R. M. Hare, C. L. Stevenson, Allan Gibbard ou Simon Blackburn, dão-nos uma perspectiva da diferença. A ideia é que os juízos morais apenas putativamente são juízos: na realidade são ‘impostores’, i.e. passam por juízos, têm a aparência de juízos, mas não são na verdade juízos, juízos propriamente ditos. Se considerarmos, numa veia fregeana, que o traço distintivo dos juízos propriamente ditos é o peso, ou papel, exclusivo do mundo sobre a sua correcção,¹⁶ os juízos

¹⁴ Convém sublinhar desde já que o diálogo de McDowell com Kant não diz respeito apenas à filosofia moral, mas também (talvez sobretudo) à concepção de experiência (perceptiva), que é a questão fundamental no seu pensamento. O interesse por Aristóteles, em contrapartida, tem realmente o seu foco nas questões da psicologia moral e da ética (cf. os artigos reunidos nas colectâneas de 1998 e 2009: “The role of *Eudaimonia* in Aristotle’s Ethics” (O papel da eudaimonia na ética de Aristóteles) (1980); “Eudaimonism and realism in Aristotle’s ethics” (Eudaimonismo e realismo na ética de Aristóteles) (1995); “Deliberation and Moral development in Aristotle’s Ethics” (Deliberação e desenvolvimento moral na ética de Aristóteles) (1996); “Incontinence and Practical Wisdom in Aristotle” (Incontinência e sabedoria prática em Aristóteles) (1996)).

¹⁵ A ideia fundamental do expressivismo é que os termos éticos exprimem e provocam sentimentos.

¹⁶ Esta é uma formulação inspirada em Frege que funcionou como estruturante no Projecto *Bounds of Judgement*. Cf. Miguens 2011, in Miguens, Pinto e Teles 2011, “Os limites do juízo (ou: como pode Frege ajudar-nos a compreender a diferença

morais serão naturalmente excluídos, já que neles alguma coisa – uma sensibilidade paroquial, i.e. uma sensibilidade especificamente nossa, humana, que não é característica do ‘pensador qualquer’, ou de um ‘pensador universal’ – parece usurpar o papel exclusivo do mundo.

A preocupação com ‘juízos impostores’, i.e. com atitudes cognitivas ou posturas do espírito que têm a aparência de juízos mas não são realmente juízos – ou, noutros termos, a preocupação com a *usurpação* do título de ‘juízo’ – ergueu-se, ao longo da história da filosofia moderna e contemporânea, nomeadamente nos domínios da ética e da estética.¹⁷ Se avançar um juízo ético, por exemplo, é algo que acontece com apoio em alguma capacidade paroquial, i.e. uma capacidade disponível talvez apenas a pensadores como nós mas não a qualquer pensador, meramente em virtude de ser um pensador,¹⁸ isso é problemático para a forma como pensamos sobre a nossa forma de pensar sobre o mundo. Vemo-nos nomeadamente forçados a perguntar se existirão, perante as mesmas circunstâncias, juízos disponíveis apenas a um certo tipo de pensador mas não a pensadores de outro tipo. Será assim posta em causa a *objectividade* da nossa forma de pensar. Poderia um juízo, por exemplo um juízo moral, ser *alien*, estranho, totalmente diferente dos

entre agentes cognitivos como nós e pensadores em geral e ao mesmo tempo a combater o idealismo”.

¹⁷ O problema subjacente à possibilidade ou impossibilidade de ‘juízos impostores’, como seriam os juízos éticos e estéticos, é saber como pensar a sua natureza numa situação em que ‘toda a estrutura inteligível emigrou para fora do mundo’. No caso específico da moralidade, é esta convicção que subjaz a uma concepção expressivista humeana mas também às visões do mental do naturalismo raso ou cru (*bald naturalism*). Da mesma forma que neste livro o caso dos juízos morais será utilizado como exemplar para a análise do pensamento de McDowell, em *Mind and World* o próprio McDowell utiliza a experiência perceptiva como exemplar. O que está em causa em ambos os casos, para McDowell, é defender que não é verdade que toda a estrutura inteligível tenha ‘emigrado’ para fora do mundo.

¹⁸ Frege pensava que a intervenção de capacidades paroquiais nos supostos ‘juízos’ seria de facto muito problemática. A noção de paroquial com que trabalhamos no Projecto *Bounds of Judgement* foi a de Charles Travis (cf. Travis 2011, *Objectivity and the Parochial*, Oxford, Oxford University Press). Para uma iniciação a essa noção, cf. Sofia Miguens e João Alberto Pinto, “Frege and the Twilight of Empiricism”, comunicação, Universidade de Bordeaux, 2011, sobre a referida obra (<https://up-pt.academia.edu/SofiaMiguensTravis>).

nossos juízos morais?¹⁹ Ou dito de outra forma: será que podem existir *aliens* morais, sujeitos morais cujos juízos são radicalmente distintos dos nossos e incompreensíveis para nós?

A pergunta acerca do *alien* moral é estruturalmente análoga a uma pergunta que foi realmente formulada por Frege quanto à lógica: será que pode existir um *alien* lógico?²⁰ Um *alien* lógico seria um pensador cujo pensamento não é conforme às leis da lógica que governam o nosso pensamento, mas que, precisamente, embora seja *alien*, estranho, é um pensador, i.e. algo, ou alguém, que pensa, i.e. representa e infere, embora a sua forma de pensamento seja totalmente distinta da nossa. O exemplo do *logical alien* aparece na Introdução dos *Grundgesetze der Arithmetik* (Leis Básicas da Aritmética, 1893/1903); quando está em causa conceber o estatuto das leis da lógica Frege pergunta-se o que pensaria o lógico psicologista se se deparasse com tais seres.²¹ De forma paralela podemos perguntar se poderia existir um *alien* moral. O que seria e como seria este *alien* moral? Como seria um pensamento moral definitivamente incomensurável com o nosso? Será que existe? Será que pode existir? Ou, de forma talvez perturbadora: não estará pensamento moral incomensurável com o nosso por toda a parte à nossa volta? É verdade que é pertinente, por outro lado e de forma conversa, perguntar: mas os (nossos) juízos morais seriam sequer *possíveis* sem as (nossas) capacidades paroquiais? Aristóteles, um outro autor historicamente central em filosofia moral, e muito central no pensamento de McDowell, responderia negativamente, i.e. consideraria que os juízos morais pura e simplesmente não seriam possíveis na ausência de capacidades que são paroquiais (estas capacidades, as nossas, dos ‘cidadãos educados e cultos’ desta cidade, diria Aristóteles). Pensemos no estatuto da *Ética a Nicómaco*, uma das obras-primas do pensamento moral: Aristóteles

¹⁹ No âmbito do projecto *The Bounds of Judgement* tínhamos, antes de nos dedicarmos aos juízos morais, colocado esta mesma questão relativamente a juízos lógicos – foi nela que centrámos nomeadamente a conferência *The Logical Alien At 20* (Porto, Junho de 2011). Para alguns resultados, cf. Travis e Miguens, no prelo, *The Logical Alien at 20*, Cambridge MA, Harvard University Press. Cf. também Travis 2011, “Morally Alien Thought”.

²⁰ Cf. Miguens 2013, “Será que pode existir um alien lógico? James Conant, a natureza das verdades lógicas e o método da filosofia”, in *Revista Filosófica de Coimbra*.

²¹ Na verdade Frege considera tal cenário *ininteligível* – formula-o apenas para criticar o lógico psicologista.

escreve para aqueles que são capazes de o compreender, não para todos os homens, ou para os homens em geral, como hoje um filósofo moral tenderá a fazer, e como Kant, por exemplo, certamente pensava fazer. Não é esse o caso da *Ética a Nicómaco*: as considerações da *Ética a Nicómaco* falam apenas àqueles que são já capazes de as compreender. Apesar de tudo, a ser assim, a situação é bastante diferente daquela que é descrita de um ponto de vista emotivista e expressivista: o que se está a dizer não é que existem pseudo-juízos, os juízos morais, que por estarem dependentes das nossas emoções e da nossa sensibilidade particulares, e não exclusivamente das formas de as coisas serem no mundo, não são juízos propriamente ditos. Se se puser as coisas dessa forma, ao abrir a porta à possibilidade de (várias) sensibilidades diferentes, impossibilita-se qualquer objectividade desses (supostos) juízos. Mas o que se está a dizer aqui é algo de distinto – o que se está a dizer é que a própria existência de juízos morais, nomeadamente dos nossos juízos morais, depende de capacidades paroquiais, i.e. de capacidades que não estão universalmente presentes, não estão presentes em todos os pensadores, em todos os agentes, em todos os humanos, em todas as circunstâncias.

Para além desta questão acerca da usurpação ou não usurpação do título de juízo pelos juízos morais, uma outra questão se coloca quando pretendemos, como McDowell pretende, relacionar os juízos morais com a acção em geral. O agir moral é uma forma do agir. Não é, no entanto, incomum, pelo menos na filosofia analítica, considerar a investigação sobre a natureza da acção como independente da investigação sobre moralidade.²² Mas a verdade é que, pelo menos em parte, a moralidade se relaciona com ‘coisas a fazer’, ou com ‘a coisa a fazer’, e assim com a passagem (de agentes) à acção em casos e ocasiões particulares. Será que podemos de facto considerar que questões gerais acerca da passagem dos agentes à acção ficam de alguma forma ‘aquém’ das questões do agir moral, não tendo nada a mostrar-nos acerca da natureza da moralidade? Será realmente pertinente fazer uma distinção absoluta

²² Cf., para a discussão desta questão, as publicações resultantes de um dos nossos últimos projectos de investigação maiores, *Conversations on Human Action and Practical Rationality* (2007-2010, financiado pela FLAD – Fundação Luso-Americana), que teve no seu centro a acção e a filosofia da acção: Miguens & Cadilha, *Acção e Ética* (Lisboa, Colibri, 2011), nesta mesma colecção, e também Mauro, Miguens & Cadilha, *Conversations on Human Action and Practical Rationality* (Newcastle, Cambridge Scholars Publishing, 2013).

entre a mera racionalidade (ou irracionalidade) na acção e o agir moral propriamente dito? Estas interrogações são fundamentais para compreendermos McDowell, já que ele ancora a sua abordagem do agir moral na percepção de situações e ocasiões pelos agentes humanos. A sua convicção é que um sentido da coisa a fazer surge perante a particularidade (da percepção) das situações do agir. Trata-se assim de um sentido que está dependente das acima referidas capacidades paroquiais, e que portanto estará presente em alguns agentes mas não em todos, na ‘mesma’ situação. Isto pode, é certo, colocar em questão uma certa forma de conceber a objectividade do juízo, nomeadamente se se procura algum tipo de universalidade; mas por outro lado ‘a coisa a fazer’ fica assim ancorada naquilo que é externo ao agente (as situações, as ocasiões), abrindo de novo a porta à objectividade.

Se a percepção das situações e ocasiões de agir pelos agentes em geral e pelos agentes morais em particular pode revelar-se crucial para a abordagem da natureza dos juízos morais, será também importante saber se esta percepção das coisas como sendo de uma certa maneira numa dada situação – i.e. aquilo a que vulgarmente se chama os ‘factos’ – pode ou deve ser distinguida de qualquer coisa a que podemos chamar *motivação para agir*. Fazendo apelo à história do pensamento moral, podemos colocar a questão em termos humeanos: terá Hume razão ao dizer que não existem factos morais, que a razão é ‘fria’, i.e. não motivante ou motivadora? De acordo com Hume, a razão apenas ‘vê’ factos, i.e. vê as coisas como sendo de uma determinada maneira, não nos faz fazer coisas, e assim sendo, já que os veredictos morais nos impelem para a acção, nos fazem realmente fazer coisas, eles devem ter outra natureza que não a mera asserção de factos, uma natureza que dê conta desse sermos impelidos para a acção. Essa outra natureza consistiria então, segundo Hume, em expressar paixões ou volições. Mas será que a dicotomia razão-paixões que assim se subscreve se sustenta realmente? Como veremos, McDowell pensa que não se sustenta.

As questões acima identificadas encontram todas elas resposta nos artigos reunidos na Parte II de *Mind, Value and Reality* – os artigos ‘Are Moral Requirements Hypothetical Imperatives?’, ‘Might There Be External Reasons?’, ‘Aesthetic Value, Objectivity and the Fabric of the World’, ‘Values and Secondary Qualities’, ‘Projection and Truth in Ethics’, ‘Two Sorts of Naturalism’ e o muito discutido (nomeadamente devido à polémica com o filósofo neo-humano Simon Blackburn) ‘Non-cognitivism and rule-following’. Esses artigos, que no seminário do

Projecto *The Bounds of Judgement* nos propusemos explorar, constituem, em conjunto, uma bem sucedida e subtil campanha conduzida por McDowell contra várias versões da ideia segundo a qual o discurso moral de alguma forma intrinsecamente falha a objectividade que é a marca do juízo, não se envolvendo com verdade e falsidade. Mas eles fazem mais do que responder às questões identificadas: conduzem naturalmente e inevitavelmente a outros aspectos do pensamento de McDowell, nomeadamente às suas posições metafísicas, epistemológicas, em filosofia da linguagem, filosofia da mente e filosofia da percepção. Para além disso, exemplificam uma certa concepção da natureza e método da filosofia, i.e. daquilo que se faz quando se faz filosofia.

Em suma: John McDowell é um filósofo moral, um importante filósofo moral, mas é muito mais do que apenas um filósofo moral – a enorme abrangência temática da sua obra, bem como a quantidade (e o interesse) dos autores com quem dialoga, e que vão desde Platão e Aristóteles, a Kant e Hegel, Wittgenstein, Sellars, ou H.G. Gadamer, são algumas das razões por que tanta atenção tem sido prestada ao seu trabalho. A filosofia moral, no entanto, pelas relações que permite traçar entre as posições de McDowell e, por um lado, autores clássicos tais como Aristóteles, Hume e Kant, e por outro lado autores contemporâneos tais como Thomas Nagel, Bernard Williams, Christine Korsgaard, John Mackie, Philippa Foot, David Wiggins ou Simon Blackburn, constitui uma chave privilegiada para nos aproximarmos desse trabalho.

O nosso primeiro passo neste livro (Parte I) será por isso procurar esclarecer as relações de McDowell com clássicos como Aristóteles, Hume e Kant (que são, todos eles, fonte de posições ainda hoje pertinentes em filosofia moral), bem como o teor das suas disputas com vários filósofos morais contemporâneos. Será possível dessa forma discernir, de forma mais precisa, ‘comparada’, as teses de McDowell em filosofia moral. Em seguida (Parte II) procuraremos olhar para além ou por trás da filosofia moral. Caracterizaremos então o quadro geral no qual as posições em filosofia moral ganham sentido, identificando e discutindo, nomeadamente, posições em filosofia da linguagem (como por exemplo uma particular interpretação de Wittgenstein, uma defesa do programa de Davidson ou uma posição de inspiração fregeana perante a natureza dos pensamentos singulares²³), em epistemologia e filoso-

²³ Pensamentos singulares são aqueles cujo conteúdo (e não apenas a sua verdade e falsidade) depende da existência dos objectos sobre os quais são. O filósofo inglês

fia da percepção (nomeadamente a concepção de experiência como abertura ao mundo, o disjuntivismo quanto à experiência e quanto ao conhecimento, ou o radical anti-cartesianismo perante a natureza do ‘espaço interior’). Todas estas posições estão (pelo menos supostamente) reunidas numa posição terapêutica, de inspiração wittgensteiniana, quanto à natureza da filosofia. Da mesma forma que Wittgenstein, McDowell pretende, enquanto filósofo, curar perplexidades, mais do que avançar teses substantivas. Veremos se é de facto isso que se passa.

Para além da posição geral wittgensteiniana, McDowell seria também um fregeano – ele afirma explicitamente acerca de *Mind and World* que «poderia formular um ponto central das minhas conferências em termos da noção fregeana de sentido, desta forma é no contexto dessa noção que devemos reflectir sobre as relações do pensamento com a realidade, para nos imunizarmos contra as ansiedades filosóficas usuais».²⁴ Mas será que McDowell é realmente um fregeano? Em que é que esse fregeanismo se traduz, para além da ‘importação’ de posições russellianas acerca de *acquaintance* (contacto) para o quadro fregeano dos sentidos (*Sinne*), que será mais à frente analisada? Se queremos procurar uma referência última para o pensamento de McDowell, Wittgenstein é uma referência mais esclarecedora. E a verdade é que talvez seja Kant, hoje, em última análise, a referência mais esclarecedora de todas.²⁵

Bertrand Russell falou de *proposições singulares* (hoje também ditas ‘proposições russellianas’) e considerou que estas não apenas eram acerca de indivíduos como tinham esses indivíduos como constituintes. Exemplos de proposições singulares (em contraste com proposições gerais) seriam por exemplo ‘O Mont Blanc tem 4000 m de altitude’ ou ‘Sócrates é sábio’, ou ‘Esta (*apontando*) é a minha irmã’. O debate entre fregeanos e russellianos acerca desta questão tem a ver com a introdução ou não introdução de sentidos (*Sinne*) para pensar na natureza destas proposições – o próprio Russell substituiu os *Sinne* fregeanos pela análise lógica feita de acordo com os princípios da teoria das descrições definidas. O lugar clássico do neo-fregeanismo é o livro *Varieties of Reference* de Gareth Evans (Evans 1982). Autores contemporâneos como David Kaplan ou Nathan Salmon são neo-russellianos. McDowell conta como um neo-fregeano.

²⁴ McDowell 1994: 180.

²⁵ Sendo uma das hipóteses do nosso Projecto a ideia segundo a qual o contraste entre Kant e Frege é particularmente relevante para esclarecer os rumos da filosofia contemporânea, isto não é, note-se, de todo despiciendo. Sobretudo porque é possível ser fregeano nos pontos em que McDowell escolhe a via kantiana.

Os assuntos que se encontra ao procurar olhar para além e por trás da filosofia moral na obra de McDowell são tantos e tão diversos, que se torna indispensável ter algum fio condutor. O nosso fio condutor neste livro será (além, obviamente, da filosofia moral) aquele que o próprio McDowell, na Introdução à tradução francesa de *Mind and World*, considera ser o ponto fixo e fundamental do seu pensamento: uma concepção da experiência perceptiva. Ele afirma o seguinte: «em primeiro lugar procuro dar conta da experiência perceptiva de forma a permitir reconhecer nesta um significado epistemológico. Experimentar é ter o direito de fazer do conhecimento perceptivo conhecimento. Podemos ser incitados a pensar que é preciso recusar esta afirmação, sob pena de cair na ilusão que Wilfrid Sellars apresenta como sendo o Mito do Dado. Mas eu defendo que nada nos força a esta recusa, pois a experiência pode ser compreendida como a actualização, na sensibilidade, de capacidades que são conceptuais, num sentido que as indexa a uma faculdade da razão. Em segundo lugar, apoio-me sobre esta concepção de experiência para atacar a ideia segundo a qual a razão (o que distingue os animais racionais dos outros animais) se estabelece numa dualidade contra a nossa natureza animal. A sensibilidade pertence à natureza dos animais. Se nós aceitarmos um dualismo da razão e da natureza animal, isso retirar-nos a hipótese segundo a qual a sensibilidade seria informada por capacidades que são conceptuais, num sentido que as atribui a uma faculdade da razão. Isso tende a tornar invisível a própria possibilidade de concepção da experiência que eu recomendo. Mas eu sustento que um tal dualismo reflecte uma restrição infundada da parte que cabe à natureza num ser natural».²⁶

Em tudo aquilo que se segue, inclusive ao tratarmos de juízos morais, perseguiremos o esclarecimento da natureza das capacidades conceptuais que McDowell refere, procurando nomeadamente compreender o que significa dizer que capacidades conceptuais estão já presentes na experiência perceptiva. Procurar-se-á também compreender como podem tais capacidades conceptuais – i.e. a razão humana – não estar em contraste absoluto com a nossa natureza animal (o que é, note-se, e porque se defenderá que a referência kantiana última é crucial para McDowell, explicitamente contrário ao que Kant, ele próprio, defendeu).

²⁶ McDowell 2007 (*L'esprit et le monde*, Préface à l'édition française), pp. 7-9 (tradução minha).

É o próprio McDowell o primeiro a identificar, após as declarações acima citadas acerca da importância central da experiência perceptiva no seu pensamento, algumas insatisfações quanto às propostas específicas apresentadas em *Mind and World* – tais insatisfações apontam rumos que a discussão do seu trabalho tem tomado; vale por isso a pena identificá-las desde já. Antes de mais, muita discussão foi gerada pela ideia de experiência perceptiva como actualização de capacidades conceptuais tanto quanto esta conduzia, em *Mind and World*, a atribuir à experiência um *conteúdo proposicional* do género daquele que se encontra em juízos e asserções. Tendo esta ideia²⁷ sido ‘oficialmente’ formulada, em *Mind and World*, sob inspiração kantiana, o próprio McDowell vem a admitir que ela teria sido formulada prestando insuficiente atenção às reais implicações da noção kantiana de *Anschauung* (intuição).

A discussão em torno deste ponto, i.e. a discussão em torno da *concepção conceptualista da natureza da experiência* de McDowell, que frequentemente acontece sob a forma de discussão acerca do carácter conceptual ou não-conceptual da percepção, continua neste momento extremamente viva. A ideia de *experiência perceptiva como abertura ao mundo, na sua relação com a ilimitação do conceptual* (uma ideia de inspiração hegeliana), que a acompanha, foi também fortemente criticada.

Seja qual for o destino dessas discussões, uma coisa é certa: tais teses acerca da experiência foram avançadas no espírito daquela que é talvez a vocação central da obra de McDowell, que é encontrar os meios para pensar acerca da vida mental de forma anti-cartesiana. Pensar na experiência como abertura ao mundo, ver a experiência perceptiva como tendo natureza conceptual, sendo o conceptual ‘ilimitado’, são em última análise caminhos no seio dessa estratégia de fundo. A imagem cartesiana segundo a qual a vida mental teria lugar numa esfera autónoma e independente do mundo exterior, uma esfera transparente à introspecção, não se sustenta, de acordo com McDowell. A concepção conceptualista, de inspiração kantiana, de experiência, pretende ser um passo além de tal forma de pensar cartesiana.

Existe uma enorme diferença entre o quadro cartesiano das relações mente-mundo e o quadro de inspiração kantiana proposto por

²⁷ A que podemos chamar uma ideia *conceptualista e representacionista* quanto à natureza da percepção.

McDowell: se aceitamos a quadro cartesiano, aquilo que é problemático é o acesso da subjectividade ao mundo. Temos o mundo representado na mente, mas não sabemos se aquilo que é representado existe, ou se existe tal como é representado. Eliminado tal quadro, o abismo desaparece e esse acesso deixa de ser problemático. O mental é do mundo, é no mundo; não temos de ir ‘do mental ao mundo’, aceder ao mundo a partir de representações mentais que são como são e podem ou não corresponder à forma como as coisas são. Evidentemente, a libertação relativamente aos problemas cartesianos do acesso deixa-nos com o problema acerca de como pensar sobre essas ‘coisas subjectivas’ que não são já ‘as mais certas’. A questão da natureza de uma concepção não-cartesiana da vida mental e do espaço interior torna-se então premente; McDowell terá muito a dizer sobre isso.

Se as coisas subjectivas não são as mais certas, é no entanto ainda pela experiência, nomeadamente pela experiência perceptiva, que se começa em filosofia, segundo McDowell. Ora, esta orientação levanta uma dúvida geral acerca do próprio projecto: no projecto de McDowell, na sua concepção de filosofia, temas filosóficos claramente tradicionais, tais como a natureza da percepção e do juízo ou a natureza da racionalidade, assumem uma enorme importância. Mas não estarão esses temas ‘ultrapassados’ na filosofia contemporânea? Persistir num tema como a percepção não revelará, nomeadamente, um prendimento às (funestas) temáticas da ‘representação’? Autores continentais colocariam certamente estas questões – mas elas podem também ser formuladas à ‘luz’ de um filósofo de origens analíticas como Richard Rorty, que é, como McDowell, um crítico do naturalismo cientista em filosofia. A questão-desafio seria algo como: quem quer (ainda) saber de percepção? (Implicitamente: esse é um tema fora de moda).²⁸ Ora McDowell quer certamente saber de percepção e será crucial ao longo de todo este livro perceber porquê.

Se no projecto de McDowell o que quer que se faça em filosofia ancora na experiência perceptiva (de uma forma que, como se verá, se afasta totalmente do empirismo contemporâneo, exponenciado por um autor como W.V. Quine), algo que parece o oposto de uma ancoragem

²⁸ Cf. Rorty 1998, “The Very Idea of Human Answerability to the World: John McDowell’s version of Empiricism”. É interessante procurar compreender o ‘desprezo’ de Rorty por McDowell, sendo ambos ‘produtos de Sellars’, ou pelo menos tendo confluído em Pittsburgh.

não deixa nunca de estar próximo: ao longo de tudo o que se segue, quer falando de filosofia moral, quer considerando aquilo que está aquém e além desta, uma mesma questão retornará insistentemente: a questão do idealismo e do relativismo das propostas de McDowell.²⁹ Quanto à acusação de relativismo, consideremos um exemplo do âmbito moral, já que é esse o ponto de partida da nossa análise.³⁰ Admitamos, como McDowell nos vai pedir, que a nossa capacidade de fazer juízos morais, que é um dos exercícios emblemáticos das nossas capacidades conceptuais, está dependente de aspectos paroquiais dessas capacidades conceptuais. As capacidades conceptuais estão ligadas a uma segunda natureza – a uma *Bildung*, uma educação e uma cultura (particulares, portanto).³¹ Admitamos conseqüentemente que encontraremos naturalmente diferenças, quando se trata de formular juízos morais perante as mesmas circunstâncias, entre humanos que passaram por *Bildungen* diversas: essas pessoas ‘vêem’ coisas diferentes nas ‘mesmas’ circunstâncias. Como poderão então elas ‘comunicar entre si’? Não serão, por exemplo, *aliens* morais um para o outro um indivíduo (por hipótese uma mulher) saído de uma *Bildung* liberal de uma sociedade democrática ocidental e um terrorista que persegue ideais de luta religiosa (um homem, imaginemos)? A condição aristotélica da *Ética a Nicómaco* – “falo para aqueles que podem compreender-me” – é generalizada por McDowell ao estatuto da moralidade. Isto significa antes de mais que não encontraremos, como ponto de apoio para responder a esta questão, uma fundamentação natural para a moralidade, nem, de resto, uma universalidade racional à maneira de Kant. Isso traz certamente problemas, sobretudo para alguém como McDowell que não quer abdicar da objectividade dos juízos morais. É também por isso que a ética constitui um desafio maior e um caso-teste particularmente

²⁹ Isto foi tanto mais interessante para nós no Projecto *The Bounds of Judgement* quanto a inspiração fregeana que estruturou este, e que quisemos pôr à prova, era decididamente realista.

³⁰ Este é um exemplo que surgiu a certo ponto no seminário *Judging Morally*.

³¹ O termo *Bildung*, um termo alemão para ‘educação’ e ‘cultura’, é extremamente importante para McDowell em *Mind and World*. Utilizá-lo constitui uma alusão à tradição hermenêutica (H. G. Gadamer) e também uma conexão com a tradição do Idealismo Alemão. O termo ‘segunda natureza’ é, por sua vez, reconduzível à ética aristotélica – seria a ideia aristotélica para o estatuto do carácter de uma pessoa. McDowell generaliza-la-á.

esclarecedor para uma teoria da linguagem, do entendimento e do juízo como a de McDowell. O desafio é então, precisamente, conceber o que se passa de ético em formas de vida humanas como sendo realmente caracterizado pela racionalidade e por um certo tipo de objectividade sem que no entanto se possa falar de universalidade racional, ou de fundamentação, nomeadamente de fundamentação natural. Contra tipos vários de naturalismo na ética contemporânea, McDowell não apenas contestará que seja possível encontrar um fundamento natural – i.e. para lá do pensamento ético – para a moralidade, como rejeitará a forma de proceder que tais tentativas assumem: certos naturalismos procuram assentar a justificação da moralidade em factos, factos acerca dos humanos e das vidas humanas. Ora isso é, para McDowell, impossível.

Apenas uma observação final: olhando globalmente para a obra de McDowell, há um antes e um depois de *Mind and World*, as John Locke Lectures de 1991 publicadas em 1994, precisamente devido à reformulação da posição quanto à experiência perceptiva; este livro prestará mais atenção ao ‘antes’ do que ao ‘depois’. Tenho no entanto a convicção de que outros trabalhos colmatarão em breve essa falta.³²

Porto, Março de 2014
Sofia Miguens

³² Nomeadamente a dissertação de doutoramento de João Santos sobre o pensamento de John McDowell (*John McDowell – Disjuntivismo, Cepticismo e Reencantamento da Natureza*), em curso no âmbito do projecto *The Bounds of Judgement*, bem como a dissertação de doutoramento de Manuela Teles, intitulada *Percepção e Juízo*.